EXTRANUMERÁRIO CONTRATADO — ESTABILIDADE

— *Sòmente o funcionário público efetivo, que exerce cargo criado por lei, mediante título de nomeação regular, goza do direito de estabilidade.*

— *Interpretação do art. 156, letra c, da Constituição.*

TRIBUNAL DE APELAÇÃO DE SÃO PAULO

Fazenda do Estado de São Paulo versus Deolindo Barroso

Apelação cível n.º 18.704 — Relator: Sr. Desembargador

FREDERICO ROBERTO

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos êstes autos de apelação n.º 18.704, de São Paulo, em que são recorrentes a Fazenda do Estado e o Juízo *ex-officio* e recorrido Deolindo Barroso :

Acordam, em Segunda Câmara Civil, adotado e relatório de fls., dar provimento aos recursos interpostos para o efeito de reformar a decisão recorrida e julgar o autor recorrido carecedor da ação proposta, pagas as custas na forma da lei.

Está provado que o autor prestou serviços ao Estado por prazo superior a dez anos.

O art. 156, letra c, da Constituição Federal, confere ao funcionário público, que tiver mais de dez anos de exercício, o direito de não ser exonerado senão em virtude de sentença judicial, ou mediante processo administrativo, em que seja ouvido e possa se defender.

Mas o preceito constitucional refere-se, evidentemente, ao funcionário público efetivo, isto é, àquele que exerce um "cargo público", criado por lei, provido por nomeação regular.

Da cópia da ficha de fls. verifica-se que o autor havia sido contratado e exerceu cargo de funcionário contratado até 9 de abril de 1931; a 2 de maio do mesmo ano voltou ao serviço público, mas verbalmente e, portanto, sem título de nomeação.

Não podia, conseqüentemente, pretender o autor o direito de estabilidade no cargo, porque não era funcionário público efetivo, não exercia cargo público criado por lei, mediante título de nomeação regular.

São Paulo, 18 de maio de 1943. — *Mário Guimarães*, Presidente. — *Frederico Roberto*, Relator. — *Manuel Carneiro*.